

**FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO
CHECK LIST DE PRÉ CADASTRO AMBIENTAL RURAL – PRÉ CAR
PARA IMÓVEIS RURAIS ATÉ 4 MF QUE POSSUAM MATERIAL CARTOGRÁFICO**

PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL

PESSOA FÍSICA – DADOS PESSOAIS

CPF _____ RG: _____
NOME: _____
APELLIDO: _____
PROFISSÃO: _____
NACIONALIDADE: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
E-MAIL: _____

REPRESENTANTE LEGAL E/OU CONTATO

NOME: _____
FUNÇÃO/CARGO: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
CPF _____ RG: _____
: _____
ENDEREÇO: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL PARA CORRESPONDÊNCIA

É necessário informar um endereço de correspondência em área urbana para esse imóvel. Esse endereço poderá ser utilizado para o envio de futuras correspondências relacionadas à regularização do seu imóvel

LOGRADOURO: _____
BAIRRO: _____
MUNICÍPIO: _____ UF: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
CELULAR: _____

DADOS DO IMÓVEL RURAL

NOME DO IMÓVEL: _____

O Imóvel está localizado em Zona: [] Rural [] Expansão Urbana [] Urbana

DADOS DO CADASTRANTE

Dados do Cadastrante:

Nome do Cadastrante: _____

Nome da mãe: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ CPF: _____

MÓDULO DE DOMÍNIO

Pessoa: [] Física - [] Jurídica

CPF/CNPJ: _____

Nome/Razão Social: _____

Nome Fantasia: (pessoa jurídica)

Data Nascimento: (pessoa física) ____/____/____ Telefone: () _____

E-mail: _____

Logradouro _____ Número: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

CEP: _____ UF: _____ Município:

Nome da Mãe: (pessoa física) _____

MÓDULO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Documentos de comprovação da Concessão, Propriedade ou Posse e Situação da Reserva Legal:

Tipo de titularidade: [] Concessão [] Propriedade [] Posse

Tipo de documento de comprovação em caso de CONCESSÃO:

[] Concessão de Direito Real de Uso - CDRU

[] Decreto de Declaração de Interesse Social expedido pela Presidência da República para Territórios Quilombolas;

[] Portaria de Reconhecimento do INCRA;

[] Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID;

[] Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS.

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Tipo de documento de comprovação em caso de PROPRIEDADE:

[] Contrato de compra e venda;

[] Em regularização;

[] Certidão de registro;

[] Escritura.

Nº da matrícula: _____ Data do documento: ____/____/____

Área (ha): _____ UF: _____ Município do Cartório: _____

Livro: _____ Folha: _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Tipo de documento de comprovação em caso de POSSE:

-] Termo de auto declaração de Posse;
-] Autorização de Ocupação*;
-] Carta de Anuência*;
-] Concessão real de direito de uso*;
-] Contrato de alienação de terras públicas*;
-] Contrato de assentamento do Órgão Fundiário (Estadual ou Federal)*;
-] Contrato de promessa de compra e venda;
-] Contrato de concessão de domínio de terras públicas*;
-] Contrato de concessão de terras públicas*;
-] Contrato de transferência de aforamento*;
-] Declaração de assentamento Municipal;
-] Declaração do sindicato rural;
-] Declaração dos confrontantes;
-] Licença de ocupação*;
-] Termo de doação*;
-] Título de domínio*;
-] Título de propriedade sob condição resolutiva*;
-] Título de ratificação*;
-] Título de reconhecimento de domínio*;
-] Título definitivo, com reserva florestal, em condomínio*;
-] Título definitivo sujeito a re-ratificação*;
-] Título definitivo transferido, com anuência do Órgão Fundiário (Estadual ou Federal)*.

Para ser preenchido para as opções acima assinaladas com asterisco (*):

Data do documento: ____/____/____

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Emissor do documento: _____

Para ser preenchido caso a opção assinalada acima seja: (Termo de auto declaração):

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Termo de auto declaração:

Para ser preenchido caso a opção assinalada acima seja: (Contrato de promessa de compra e venda):

Data do documento: ____/____/____

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Nome do vendedor: _____

CPF do vendedor: _____

Para ser preenchido caso a opção assinalada acima seja: (Declaração de assentamento Municipal, Declaração do sindicato rural ou Declaração dos confrontantes):

Área (ha): _____

Denominação da propriedade no documento: _____

Nome do declarante: _____

CPF/CNPJ do declarante: _____

Logradouro: _____ Número: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

CEP: _____ UF: _____ Município: _____

Documentação: Comprovação de Concessão, Propriedade ou Posse: (Anexar documento quando existir).

Qual a situação da Reserva Legal do imóvel?:

- Não Possui;
- Possui Termo de Compromisso de Averbação Dentro do Imóvel;
- Possui Termo de Compromisso de Averbação Fora do Imóvel;
- Possui Termo de Responsabilidade Dentro do Imóvel;
- Possui Termo de Responsabilidade Fora do Imóvel;
- Possui Reserva Legal Averbada e Delimitada Dentro do Imóvel;
- Possui Reserva Legal Averbada e Delimitada Fora do Imóvel.

Comprovação de Reserva Legal: (Anexar documento quando existir).

Não preencher abaixo em caso de (Não Possui):

Área da Reserva Legal (ha): _____

Nº do documento de comprovação da Reserva Legal: _____

Data do documento de comprovação da Reserva Legal: ____/____/____

MÓDULO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais sobre o imóvel rural:

Deseja aderir ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, caso o imóvel rural possua (uma das situações a seguir, ocorrida até 22 de julho de 2008):

- 1- Necessidade de recomposição de áreas de APP e de uso restrito;
- 2- Déficit referente à Reserva Legal;
- 3- Autuação?

Sim Não

Qual alternativa você pretende adotar, isolada ou conjuntamente, para regularizar o déficit de Reserva Legal?

- Compensar a Reserva Legal;
 Permitir a regeneração natural;
 Recompor a Reserva Legal.

Caso realize compensação, como deseja compensar a área de déficit de Reserva Legal?

- Adquirir Cota de Reserva Ambiental – CRA;
 Arrendar área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;
 Cadastrar área equivalente de mesma titularidade com vegetação nativa em regeneração ou recomposição desde que localizada no mesmo bioma;
 Doar ao poder público a área localizada no interior de Unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;
 Não irei realizar compensação.

Existe Termo de Ajuste de Conduta (TAC) aprovado referente à regularização de APP, Reserva Legal ou Área de Uso Restrito? Sim Não

Existe Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) ou outro documento aprovado referente à regularização de APP, Reserva Legal ou Área de Uso Restrito?

Sim Não

Existem infrações cometidas até 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de Vegetação Nativa em APP, Reserva Legal ou área de uso restrito do imóvel, objeto de autuação?

Sim Não

Existe Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - no interior do imóvel rural?

Sim Não

Possui Cota de Reserva Florestal - CRF?

Sim Não

A Reserva Legal do imóvel rural está submetida à legislação de que período?

- A partir de 22/07/2008 - Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;
 21/01/2001 a 21/07/2008 - MP nº 2.166-67, de 21 de janeiro de 2001;
 27/12/2000 a 20/01/2001 - MP nº 2.080, de 21 de janeiro de 2001;
 14/12/1998 a 26/12/2000 - MP nº 1.736-19/31 de 14 de dezembro de 1998, MP nº 1885-38/44 de 29 de junho de 1999 a MP nº 1.956 de 09 de dezembro de 1999;
 11/12/1997 a 13/12/1998 - MP nº 1.605-18, de 11 de dezembro de 1997;
 25/07/1996 a 10/12/1997 - MP nº 1.511-1, 25 de julho de 1996;
 19/10/1994 a 24/07/1996 - Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994;
 18/07/1989 a 18/10/1994 - Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989;

- [] 15/09/1965 a 17/07/1989 - Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;
[] 23/01/1934 a 14/09/1965 - Decreto Lei nº 23.793, de 23 de janeiro 1934;
[] Anterior a 23/01/1934.

DECLARATÓRIO

Reside no imóvel rural? Sim Não
Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP? Não Sim
Se sim, informe o número da DAP: _____ Data de vencimento: _____

Enquadra-se em qual categoria de beneficiário?

- Beneficiário Especial *: abrange o produtor familiar e o empreendedor familiar rural, povos e comunidades tradicionais (até 4 módulos fiscais municipais)
 Beneficiário Comum: abrange os produtores rurais que não estão inseridos na categoria "Beneficiário Especial"

*Incluídos na categoria de agricultura familiar conforme a Lei 11.326/2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

A renda familiar é predominantemente originária das atividades econômicas desenvolvidas no imóvel? Sim Não
A mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas no imóvel é predominantemente familiar? Sim Não
Desmatou Área em Reserva Legal? Sim Não

Não

Desmatou alguma Área de Remanescente de Vegetação Nativa no imóvel rural nos seguintes períodos?

- Desmatou anterior a 22/07/2008
 Desmatou posterior a 22/07/2008

Existe área desmatada na Área de Preservação Permanente – APP que configure passivo ambiental no imóvel rural? Sim Não

OBS.: O Beneficiário especial deverá anexar a este documento a DAP

PROCESSOS AMBIENTAIS

Possui licenciamento ambiental na SUDEMA ou IBAMA? Não Sim
Se sim, marcar:
Modalidade da licença: LP LI LO
Atividade licenciada: _____
Número da licença: _____
Data de expedição da licença: _____ Validade da licença: _____

PROCESSOS AMBIENTAIS

Existem autos de infração/incidentes sobre o imóvel? Não Sim
Se sim, informe:
Instituição responsável pela lavratura do auto de infração: _____

Motivo da autuação: _____

Data da autuação: _____

Existem termos de embargos/incidentes sobre o imóvel? Não Sim
Se sim, informe:
Instituição responsável pela lavratura: _____

Motivo: _____

Data do embargo: _____

Coordenadas geográficas da área embargada:

SISTEMA DE COORDENADAS

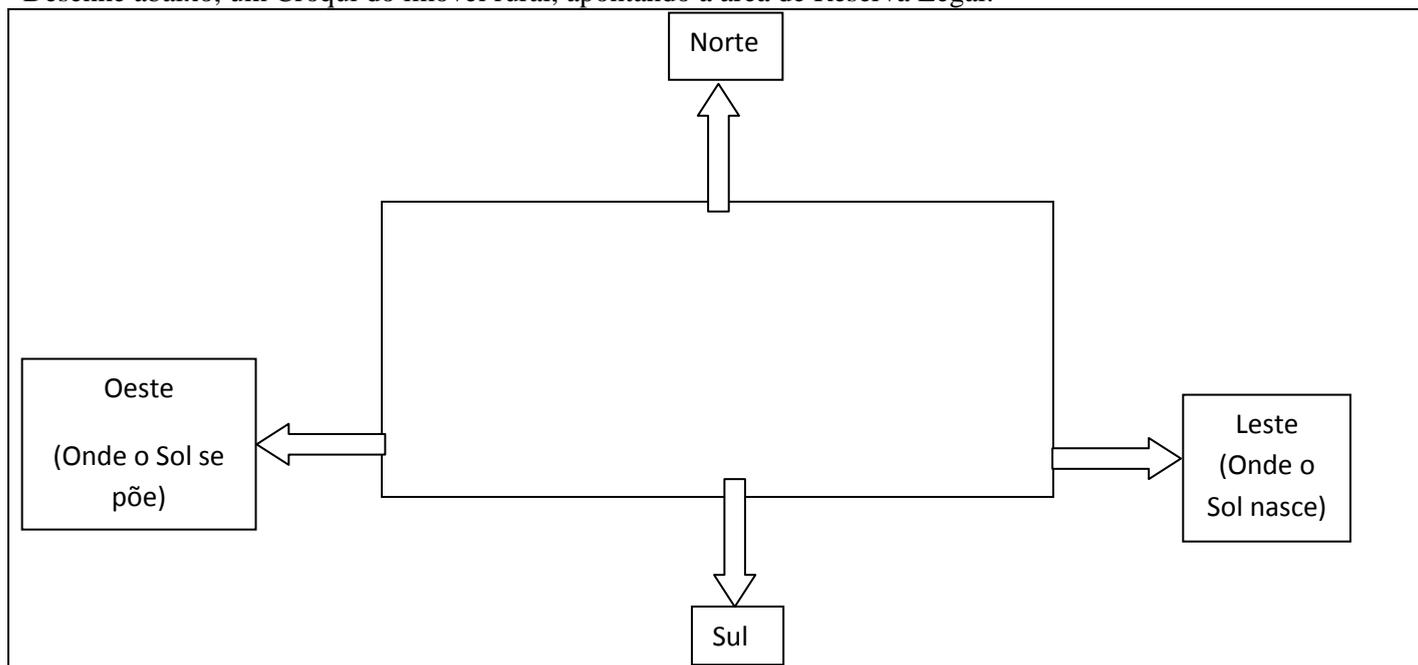
UTM	E(m):				N(m):			
Geográficas	Lat(ϕ)	°	'	“	Long.(λ)	°	'	“

SISTEMA DE REFERÊNCIA **GEOCÊNTRICO:** SIRGAS-2000 WGS-84

MERIDIANO CENTRAL DE REFERÊNCIA: _____ **FUSO:** _____

CROQUI DO IMÓVEL RURAL

Desenhe abaixo, um Croqui do imóvel rural, apontando a área de Reserva Legal.



Observação:

Orientamos aos cadastrantes que apresentem, caso possuam, quaisquer plantas, projetos e/ou croquis do imóvel rural que auxiliem no cadastro do imóvel quando da sua demarcação por meio do desenho das áreas, se aplicável, de interesse social e/ou utilidade pública, localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, Cursos D'água (Rios, reservatórios naturais e artificiais e nascentes) das áreas consolidadas e da localização das Reservas Legais.

Exemplos: Planta planialtimétrica do imóvel rural, croqui de situação do imóvel rural, croquis diversos delimitando a área do imóvel, outros.

Obrigatoriamente deverão ser apresentados os documentos listados no artigo Art. 55. da Lei 12.651/2012. A inscrição no CAR dos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º observará procedimento simplificado no qual será obrigatória apenas a apresentação dos documentos mencionados nos incisos I e II do § 1º do art. 29 e de croqui indicando o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal.

1. Este documento garante o cumprimento do dispositivo nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida Lei;

2. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;

3. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e que está sujeito à validação pelo órgão competente.

Dessa forma, declaro sob as penas da lei que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da lei de crimes ambientais.

Autorizo o referido cadastrante - técnico da SUDEMA - a realizar os procedimentos cartográficos necessários a resguardar a integridade dos dados cartográficos contidos na planta planialtimétrica e no memorial descritivo anexado a este documento.

João Pessoa-PB, ____/____/____.

Nome legível / Assinatura do proprietário ou possuidor

Para Uso Exclusivo da Divisão de Atendimento (DIAT)

Protocolo de Atendimento:	Técnico responsável pelo Atendimento: _____
---------------------------	--

Para Uso Exclusivo do Setor de Geoprocessamento

Nº de Atendimento: _____ Carimbo do Setor	Técnico responsável pelo lançamento: _____ Chefe do Setor: _____ Jancerlan Gomes Rocha Matricula 720.541-0
--	---